



Pontifícia  
Universidade  
Católica do  
Rio de Janeiro

**Pedro Paulo Higino da Silva Nogueira**

**A discussão dos Sistemas alimentares alternativos:  
Agronegócio, Via Campesina e a Soberania Alimentar**

**Trabalho de conclusão de curso**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto de Relações  
Internacionais da Pontifícia Universidade  
Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)  
como requisito parcial para obtenção do  
título de bacharel em Relações  
Internacionais.

Orientador: Maureen Cristina Martins dos Santos

Rio de Janeiro

Dezembro de 2025

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais, tios e tias, irmão, avó, tia-avó, toda a família e associados que na medida do possível sempre ajudam quando necessário. Aos irmãos, Vicente e Medoro Guedes, que foram fundamentais, cada um à sua maneira, na minha permanência e continuidade nos estudos, concedendo-me sempre um privilégio muito grande. Dedico, como forma de agradecimento, o presente trabalho à memória do professor Augusto Sampaio, ex-vice-reitor comunitário que foi a garantia da minha presença na PUC.

Agradeço ao professor Ricardo Oliveira, coordenador geral do curso de graduação, que sempre esteve presente entre os alunos com muito afeto e compromisso ao ajudar. Agradeço particularmente ao professor Fernando Maia por ter ouvido as minhas ideias, por mais difusas e inconclusivas que tenham sido, em nossas conversas.

Agradeço às professoras Maureen Santos e Paula Sandrin que me acolheram no estágio, quando precisei, e na conclusão deste trabalho.

Agradeço aos amigos, colegas e encontros que tive ontem, hoje e amanhã dentro e fora do Campus.

## **Resumo**

Higino da Silva Nogueira, Pedro Paulo. A discussão dos Sistemas alimentares alternativos: Agronegócio, Via Campesina e a Soberania Alimentar. Rio de Janeiro, 2025. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho teve como objetivo compreender os sistemas alimentares nas negociações climáticas internacionais por meio das reflexões trazidas pela La Via Campesina, um movimento global enraizado na experiência histórica do Sul global, que busca fortalecer os sistemas alimentares alternativos no contexto da internacionalização da produção agrícola do modelo agroindustrial. Para o objetivo, o surgimento dos conceitos de soberania alimentar, justiça climática e a teorização dos regimes alimentares globais como perspectiva de análise auxiliaram a pensar a dimensão histórica da agricultura em relação às políticas dos Estados. O trabalho também discute brevemente as considerações sobre a categoria política do camponês contemporâneo. A motivação de se pensar em sistemas alimentares alternativos, é, como buscado aqui, como demonstração das externalidades do setor de agricultura para além das emissões de carbono, trazendo a alimentação como o caminho que interliga a política com a saúde humana e o meio ambiente.

## **Palavras-chave**

Agricultura; Mudanças Climáticas; Justiça Climática; Soberania Alimentar; Sistemas Alimentares; Via Campesina.

## **Sumário**

<b>1. Introdução</b>	<b>4</b>
<b>2. A agricultura nas negociações internacionais de mudanças climáticas</b>	<b>11</b>
2.1. Origens da justiça climática e sua contribuição para a segurança e soberania alimentar	14
<b>3. Soberania Alimentar e a La Via Campesina</b>	<b>19</b>
3.1. O agronegócio e a Revolução Verde	20
3.2. O campesinato contemporâneo e o debate em aberto sobre a soberania alimentar	24
3.3. Sistemas alimentares alternativos, resistência camponesa e a construção da soberania alimentar	29
<b>4. Considerações finais</b>	<b>37</b>
<b>5. Referências bibliográficas</b>	<b>39</b>

## 1. Introdução

Este trabalho discute os sistemas alimentares no contexto das negociações climáticas internacionais. Para esse objetivo, as transformações do setor agrícola internacional são analisadas partindo da emergência da Via Campesina e da conceituação da soberania alimentar e da reflexão sobre os sistemas alimentares alternativos como importante e necessário campo de discussão para uma transição ecológica justa e efetiva. A perspectiva exploratória e crítica têm como tema a agricultura no campo das Relações Internacionais e da política internacional, amparado na discussão crítica do modo como os discursos sobre agricultura, sejam estes dos representantes políticos ou da sociedade civil, influenciam o debate das políticas voltadas para a adaptação às mudanças climáticas. Considerando a agricultura, por fim, uma perspectiva profícua para se visualizar as disputas existentes entre soluções técnicas, mecanismos de mercado e projetos contra-hegemônicos de transformação social no sentido expressado pelo movimento da Via Campesina e o conceito de soberania alimentar. A teorização dos sistemas alimentares e suas transformações históricas realizadas pelo sociólogo Philip McMichael possibilita a leitura conjunta da Via Campesina e do agronegócio em um mesmo processo de globalização e expansão monopolista de um modo de trabalho produtivo na agricultura. A categoria do campesinato e da identidade dos trabalhadores do campo ressurgem na circunstância de internacionalização do modelo do agronegócio, da contemporânea cadeia industrial de bens alimentares. A justificação e objetivo central deste trabalho, é ressaltar a necessidade cada vez mais inadiável de se discutir sistemas alimentares alternativos como possibilidade de reação aos desafios das mudanças climáticas que se apresentam em múltiplas escalas da sociedade.

A discussão tangencia as abordagens sobre a agricultura anteriores ao Acordo de Paris, bem como as transformações posteriores das Conferências das Partes (COPs). A FAO

(Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) enfatiza a complementaridade entre os conceitos de soberania alimentar e segurança alimentar, mas também reconhece divergências significativas que dão pertinência ao conteúdo discutido. A principal diferença está no fato de que a segurança alimentar é apresentada como uma noção “neutra”, sem considerar diretamente as relações de poder envolvidas. Nessa perspectiva, as soluções propostas tendem a ser tecnológicas, preservando as cadeias de valor internacionalmente integradas. Já a soberania alimentar, em contraste, parte do reconhecimento dessas assimetrias de poder e prioriza soluções não industriais, baseadas na agricultura familiar, com produções mais autônomas e de menor escala. A este modelo associam-se estratégias de caráter protecionista, por exemplo.<sup>1</sup>

A posição da agricultura no contexto das mudanças climáticas é marcada por ambiguidade. De um lado, trata-se de um setor altamente vulnerável, que sofre os impactos do aumento da temperatura média global, das secas e dos eventos climáticos extremos, tornando-se um ponto central nos debates sobre adaptação. De outro lado, a agricultura também figura entre as principais responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa, sobretudo em razão do desmatamento, da fermentação entérica do gado e do uso intensivo de fertilizantes químicos e da dependência de combustíveis fósseis no circuito produtivo.

Essa dualidade coloca o setor no centro das negociações internacionais, debatido entre aqueles que buscam responsabilizá-lo como parte do problema e aqueles que o apresentam como peça fundamental da solução. É nesse sentido que o setor da agricultura após o acordo de Paris ganhou maior densidade discursiva, sobretudo na necessidade de cada país trabalhá-la nas NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas). O setor normalmente é

---

<sup>1</sup> GORDILLO, Gustavo; JERÓNIMO, Obed. **Food security and sovereignty**. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 2013. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/61f3f359-669c-40ff-88c6-b39b48135f3a/content>. Acesso em: 7 jun. 2025.

listado nas propostas contextualizadas nacionalmente de adaptação climática por serem consideradas setores-chaves para o Estado, junto ao setor energético. Além disso, a agricultura ocupa um lugar estratégico no debate internacional, pois está diretamente vinculada à questão da segurança alimentar. O setor é responsável pela produção de alimentos que parte significativa da população mundial é dependente e sua organização influencia de maneira decisiva os padrões de consumo, o comércio e o uso dos recursos naturais. Essa centralidade faz com que países e blocos econômicos projetem sobre a agricultura seus interesses geopolíticos e econômicos transformando-a em um setor difícil para atingir consensos em propostas coordenadas nas negociações climáticas.

As análises sobre os sistemas alimentares parte de questões ligadas à segurança alimentar global em um planeta com densidade demográfica em crescimento. Segundo dados do Banco Mundial<sup>2</sup>, até 2050, o planeta precisará produzir 50% mais alimentos para 9 bilhões de habitantes. Como alcançar essa produtividade alterando também as formas de produção agrícola que contribuem negativamente para as mudanças climáticas? No Brasil, a maior parte das emissões brutas do país são provenientes da Agropecuária (28%) e mudanças no uso da terra (46%) em dados de 2023<sup>3</sup>. A vulnerabilidade da agricultura aos efeitos das mudanças do clima é condicionada pela conjuntura geográfica e social de cada país. Por exemplo, as altas temperaturas em áreas conhecidas pelas temperaturas amenas impactaram substancialmente a oferta global de azeite de oliva. Nos países mediterrâneos, africanos e europeus, e em alguns países produtores do Oriente Médio, a produtividade reduziu-se.<sup>4</sup> Estratégias eficazes de

<sup>2</sup> About the Agriculture Global Practice. World Bank Group, 2014.

<sup>3</sup> INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE (IEMA). **Entenda as emissões de gases de efeito estufa nos setores de energia e de processos industriais no Brasil em 2023.** 13 nov. 2024. Disponível em: <https://energiaeambiente.org.br/entenda-as-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-nos-setores-de-energia-e-de-processos-industriais-no-brasil-em-2023-20241113>. Acesso em: 7 jun. 2025.

<sup>4</sup> Espanha, a líder mundial no mercado, Itália e Grécia, Portugal, Tunísia, Jordânia, Turquia. ŞEKER, Ata Ufuk. **Extreme hot weather sends olive oil prices soaring in EU countries.** Anadolu Agency, Bruxelas, 9 ago. 2023. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/europe/extreme-hot-weather-sends-olive-oil-prices-soaring-in-eu-countries/2964579>.

Acesso em: 7 jun. 2025. CHERUBINI, Francesco. **Produzione olio, ecco le nuove stime nei principali Paesi del Mediterraneo.** OlivoNews, Verona, 27 set. 2024. Disponível em:

adaptação na produção de azeitonas, que é o insumo de base no mercado global de azeite, dependerá de mudanças estruturais no modelo de produção. A manutenção da produção em planos eficientes tanto em custos de produção como na sustentabilidade ambiental é possível sem romper com a lógica do sistema agroalimentar intensivo e tecnocrático. Seleção artificial em variedades mais resistentes no melhoramento genético, novos sistemas de gestão de água, plantação consorciada agroecológica são exemplos de inovações<sup>5</sup>. A insustentabilidade deste modo de produção historicamente consolidado nem sempre resulta na possível retomada de práticas agrícolas anteriores à globalização desse modelo produtivo.

Momentos de crise demandam uma rápida resolução de problemas, situações em que processos lentos de consulta e deliberação são preteridos a medidas unilaterais. A soberania alimentar entende que a acessibilidade e a distribuição de produtos alimentares baratos que atendem às nossas necessidades nutritivas não é suficiente. A declaração de Nyéléni destaca, por exemplo, a reforma agrária como forma de democratizar o sistema de produção e dar autonomia às comunidades locais.<sup>6</sup> A incorporação política de uma identidade cultural à autonomia na produção dos alimentos também é considerada como essencial na tomada de decisões. Através da segurança alimentar, a garantia que os alimentos cheguem à mesa de todos se passa necessariamente através da garantia que o protecionismo agrícola não interrompa o fluxo do comércio internacional. Na OMC, a discussão sobre a agricultura tem

---

<https://olivonews.it/en/produzione-olio-ecco-le-nuove-stime-nei-principali-paesi-del-mediterraneo/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

<sup>5</sup>. PÁLFI, Máté. **Pesquisadores avaliam 12 variedades de azeitona para tolerância à seca**. Olive Oil Times, 21 jun. 2023. Disponível em: <https://pt.oliveoiltimes.com/business/researchers-evaluate-12-olive-varieties-for-drought-tolerance/121054>. Acesso em: 7 jun. 2025. FANZO, Jessica. **The Healthiest Cooking Oil Is Getting More Expensive—Here's Why**. EatingWell, 21 out. 2024. Disponível em: <https://www.eatingwell.com/the-surprising-reason-why-olive-oil-is-getting-more-expensive-8722119>. Acesso em: 7 jun. 2025. [eatingwell.com+2eatingwell.com+2](https://www.eatingwell.com+2eatingwell.com+2)

<sup>6</sup> LA VÍA CAMPESINA. **Nyéléni Declaration on Food Sovereignty**. Roma: La Vía Campesina, abr. 2024. Disponível em: [https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2024/04/Nyeleni-Declaration\\_Food-Sovereignty\\_EN.pdf](https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2024/04/Nyeleni-Declaration_Food-Sovereignty_EN.pdf). Acesso em: 7 jun. 2025.

estatuto próprio<sup>7</sup> justamente pela dificuldade em atingir consensos na liberalização dos países em relação a seus mercados agroindustriais, considerados historicamente áreas em que a vulnerabilidade significa ameaça à sobrevivência do Estado. Um exemplo expressivo dessa posição é a União Europeia e o seu Pacto Agrícola Comum que define por décadas o funcionamento dos subsídios dentro da comunidade.<sup>8</sup> O Acordo sobre agricultura, que entrou em vigor em 1995, faz as negociações da agricultura no âmbito da OMC operarem sobre um corpo jurídico autônomo e foi negociado na Rodada do Uruguai, a mesma que fundou a Organização Mundial do Comércio. Nele contém a conhecida “Cláusula da Paz”, bastante criticada pelos países em desenvolvimento intensivos em commodities agrícolas (CAIRNS) por abrandar a vigilância contra o protecionismo agrícola. A lembrança do acordo sobre a agricultura é fortuita, pois o protecionismo agrícola recorrente dos países desenvolvidos produziu um duplo padrão de julgamento na liberalização do comércio internacional. A excepcionalidade do mercado da agricultura em relação às regras da OMC reforça o caráter conservador que os países demonstram ao discutir temas nessa área. Nesse debate, a teoria crítica das Relações Internacionais ajuda a compreender as disputas conceituais. Por meio de Robert Cox, por exemplo, a segurança alimentar poderia ser descrita conforme a concepção de teorias operacionais (*problem-solving theories*) enquanto a perspectiva da soberania alimentar é filiada às teorias críticas. A primeira adota uma abordagem analítica, assumindo parâmetros relativamente fixos e estáveis, e tende a ser conservadora; a segunda, por sua vez, é holística, priorizando os processos históricos de transformação social e assumindo caráter transgressor.<sup>9</sup> A classificação de Cox é, em última análise, uma reafirmação da teoria como indissociável do engajamento e conflito político que ela carrega. Posição compatível com a

<sup>7</sup> PATRYCIA, Werneck; COELHO, Carlos Nayro. **O Acordo Agrícola da OMC e a Cláusula da Paz.** Revista de Política Agrícola, v. 13, n. 1, p. 10-16, jan./fev./mar. 2004. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/viewFile/566/515>. Acesso em: 7 jun. 2025.

<sup>8</sup> COMISSÃO EUROPEIA. **A política agrícola comum: visão geral.** [s.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: [https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/cap-overview/cap-glance\\_pt](https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/cap-overview/cap-glance_pt). Acesso em: 7 jun. 2025.

<sup>9</sup> (COX, p.129-130, 1981). COX, Robert W. **Social forces, states and world orders:** beyond international relations theory. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126–155, jun. 1981.

análise proposta da posição que a agricultura é tratada nas negociações, explicitando a perspectiva que a neutralidade dos atores é inexistente e suas escolhas traduzem posicionamentos políticos subjacentes. Assim como as teorias críticas englobam e superam as operacionais, a soberania alimentar dialoga com a segurança alimentar, mantendo-a, mas também a ultrapassando em termos de abrangência e crítica social.<sup>10</sup> A FAO tem considerações similares quando busca “um campo discursivo convergente” entre os termos, destacando as dificuldades “semânticas e políticas” que a soberania alimentar traz como novo conceito aos países. Optando por adaptar a compreensão conceitual da soberania alimentar na ideia de “liberdade mais ampla” para possibilitar a conexão entre segurança alimentar com Desenvolvimento e Direitos Humanos.<sup>11</sup>

Pensando em um entendimento que expresse melhor o que a agricultura e os sistemas alimentares representam nas negociações climáticas internacionais, a análise buscou pontos de vista de origens diferentes porém complementares entre si. Produzida em favor de uma análise mais interpretativa e diversificada, menos concentrada na linguagem técnica e na quantificação numérica, formas que predominam na comunicação vulgar de tais temas para um público maior e indiscriminado. Seguindo respectivamente os pontos de vista: o mais recente e popularizado conceito de justiça climática, a análise mais sintética dos regimes alimentares globais com uma breve exploração da categoria política do camponês e finalizando com os efeitos negativos acumulados de um sistema alimentar insustentável na sociedade e sua pertinência para um engajamento popular de resistência e contestação como consequência e alternativa. O método do trabalho divide-se esquematicamente em breves contextualizações históricas: primeiro na inserção da agricultura nas negociações climáticas no âmbito da UNFCCC e seu progressivo adensamento discursivo nas conferências das

---

<sup>10</sup> COX (1981, p.130) afirma que “*Critical Theory contains problem-solving theories within itself, but contains them in a form of identifiable ideologies, thereby pointing to their conservative consequences, not to their usefulness as guides to action.*” Ibidem.

<sup>11</sup> GORDILLO, Gustavo; JERÓNIMO, Obed. Op.cit. Acesso em: 7 jun. 2025.

partes, segundo; em discutir a emergência da justiça climática e sua assimilação e similaridade com experiências políticas como o conceito de soberania alimentar e a produção agroecológica, fundamentais para destacar a atuação da Via Campesina como movimento transnacional crítico ao modelo agroindustrial dominante e com raízes no Sul Global, como já dito. Terceiro; em uma parte mais consistentemente teórica, a teoria dos regimes alimentares globais auxilia ampliando em uma narrativa mais abrangente a interpretação da história das transformações tecnológicas na agricultura em uma chave analítica oportuna para compreender as mudanças significativas que formaram as representações políticas atuais da agricultura internacionalmente, como o ressurgimento dos movimentos campesinos e o modelo de produção do agronegócio. Rememorando por fim, brevemente questões sobre essa categoria política. Na quarta e última parte, o foco é voltado para a contemporaneidade, pensando a crise climática através dos sistemas alimentares, destacando dimensões sociopolíticas e administrativas porventura negligenciadas quando pensamos em políticas de alimentação. Partindo da mobilidade urbana à consideração dos alimentos como bens culturais pertencentes a uma comunidade. A bibliografia é constituída por documentos oficiais de organismos internacionais acessíveis pela internet, de relatórios técnicos disponíveis à declarações de movimentos sociais. A literatura acadêmica foi selecionada não sistematicamente, dando-se prioridade a interpretações que compartilhassem da mesma posição crítica ainda que originadas de pontos de partida distintos. Reafirmando a análise previamente descrita, que buscou interpretar os sistemas alimentares alternativos partindo de uma posição multifocal dentro dos temas articulados: soberania alimentar, Via Campesina e agronegócio.

## 2. A agricultura nas negociações internacionais de mudanças climáticas

Foi nas negociações sediadas em 2011, na cidade de Durban, África do Sul, que se intensificaram os debates na área da agricultura nas negociações internacionais no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). O país africano sediou a décima sétima Conferência das Partes (COP 17), conferência essencial por ter fornecido as bases de negociação que levaram dez anos depois para a assinatura do Acordo de Paris. A intensificação foi resultado decorrente principalmente da separação da agricultura, assim como nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), em uma tema separado de discussão. Anteriormente, a presença do tema agricultura nas negociações climáticas era secundária, o Protocolo de Kyoto priorizou as discussões de corte de emissões em setores como energia, transporte e setores industriais pesados, áreas de grande emissão de CO<sub>2</sub> em que o uso de combustíveis fósseis aparecem com grande intensidade até hoje. A proporção entre as emissões na agricultura e nesses setores justifica os motivos para esta diferença de tratamento. Como mostra o site Climate Watch (2025), 75% das emissões globais de GEE (Gases de Efeito Estufa) pertencem ao setor de energia, o que inclui transportes, eletricidade e manufaturas, e 12% no setor de agricultura se somados ao 2,7% de Mudança do Uso da Terra e Florestas (LULUCF)<sup>12</sup>. O setor agrícola foi mencionado de forma incipiente junto às discussões do potencial de captura de carbono e mudanças para práticas sustentáveis do uso do solo. Isso porque existia a dificuldade de aferir os números das emissões globais na agricultura, haja vista o número reduzido de países que a incluíram nos relatórios enviados voluntariamente à UNFCCC<sup>13</sup>. No entanto, na COP17, o tema da agricultura foi direcionado

<sup>12</sup> WORLD RESOURCES INSTITUTE – WRI. *Greenhouse Gas (GHG) Emissions*. Washington, DC: World Resources Institute, [2024]. Disponível em: [https://www.climatewatchdata.org/ghg-emissions?apcid=00000000000000000000000000000000&breakBy=sector&chartType=line&end\\_year=2021&start\\_year=1990](https://www.climatewatchdata.org/ghg-emissions?apcid=00000000000000000000000000000000&breakBy=sector&chartType=line&end_year=2021&start_year=1990) Acesso em: 7 jun. 2025.

<sup>13</sup> Institute for Agriculture and Trade Policy (IATP). **Putting Agriculture on the Global Climate Agenda. Minneapolis** (?), IATP, dez. 2009. Disponível em: [https://www.iatp.org/sites/default/files/451\\_2\\_106993\\_0.pdf](https://www.iatp.org/sites/default/files/451_2_106993_0.pdf)

para a agenda do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA) da UNFCCC, para discussões mais aprofundadas pela primeira vez. Embora tenham sido pautadas, as perspectivas da adaptação, dos pequenos agricultores e da segurança alimentar não foram bem sucedidas ao final da negociação da COP 17<sup>14</sup>. As questões entre o tema da agricultura se enquadrar na mitigação ou adaptação coloca em evidência as posições estabelecidas que perduram até hoje nas Conferências das Partes, na exigência de maiores compromissos financeiros com base nas responsabilidades comuns, porém diferenciadas, na defesa da transição justa com suporte tecnológico e investimento em pesquisa, e ao nível nacional, políticas públicas consistentes. A COP17 já apresentava a divisão das prioridades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, que ainda persiste: enquanto os primeiros se concentram em mecanismos de mitigação, os segundos priorizam o financiamento dos planos nacionais e destacam a importância do financiamento para garantir os esforços de mitigação e adaptação.

Desse período até 2017, não houve grandes avanços no tema nas negociações. Sob a presidência das Ilhas Fiji, em 2017, na COP23 realizada em Bonn, foi lançado o Trabalho Conjunto de Koronívia sobre Agricultura (*Koronivia Joint Work on Agriculture - KJWA*) que trouxe elementos mais significativos para a compreensão do papel da agricultura nas mudanças climáticas. Assumindo a característica multisetorial da agricultura, a segurança alimentar foi incorporada ao trabalho da UNFCCC na dimensão em que as consequências da crise ambiental são diretamente fonte de insegurança alimentar em eventuais catástrofes. O KJWA ofereceu assistência tecnológica e científica para os países, em benefício da previsibilidade em localizar as vulnerabilidades para assim planejar alternativas e adaptações. Com isso, o trabalho conjunto ampliou questões relacionadas à agricultura, abordando temas

---

<sup>14</sup> Stabinsky, Doreen. The “The “deal” in Durban”: **What happened on agriculture at the climate talks?** Institute for Agriculture and Trade Policy (IATP), 13 dez. 2011. Disponível em: [https://www.iatp.org/blog/201112/deal-durban-what-happened-agriculture-climate-talks?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.iatp.org/blog/201112/deal-durban-what-happened-agriculture-climate-talks?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 1 set. 2025.

como solos, uso de nutrientes (fertilizantes), gestão da água, pecuária, métodos de avaliação da adaptação e dimensões socioeconômicas que incluem a segurança alimentar. Também pela primeira vez, trouxe de forma mais substantiva o debate sobre os sistemas alimentares e o papel dos pequenos agricultores na produção de alimentos.<sup>15</sup> As principais críticas nessa conjuntura eram direcionadas pela sociedade civil sobre a necessidade de exigir obrigações legais de financiamento da adaptação para países em desenvolvimento, rejeitando o enquadramento exclusivo do Programa de Trabalho da agricultura na área de mitigação climática, isto é, haviam preocupações que a agricultura caísse nos mercados de carbono e suas metas baseadas em compensações.<sup>16</sup>

A COP27 do Egito, em Sharm El-Sheikh, deu continuidade ao trabalho conjunto de Korinivia, em 2022, no contexto internacional do pós-pandemia. Esta conjuntura foi relevante para a centralidade que teve a agricultura. Os desafios logísticos que a pandemia trouxe ao mercado internacional podem ter reorientado as atenções para a agricultura. Setor onde a interdependência das longas cadeias de produção gerou apreensão no contexto da crise, como no aumento dos preços dos alimentos<sup>17</sup>. A novidade foi a implementação de estratégias voltadas à adaptação que antes faltava ao KJWA. Com o trabalho atualizado, foi denominado de grupo de trabalho conjunto Sharm el-Sheikh em implementação de ação climática na agricultura e na segurança alimentar (*Sharm el-Sheikh joint work on implementation of climate action on agriculture and food security*), tendo atualmente objetivos definidos até a

---

<sup>15</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Korinivia Joint Work on Agriculture.** [S.l.: s.n.], 2017–2025. Disponível em: <https://www.fao.org/korinivia/en/>

<sup>16</sup> INSTITUTE FOR AGRICULTURE AND TRADE POLICY (IATP). **Letter to African Ministers on Soil Carbon Markets.** Minneapolis: IATP, 21 nov. 2011. Disponível em: [https://www.iatp.org/sites/default/files/Africa\\_Soil\\_Carbon\\_letter.pdf](https://www.iatp.org/sites/default/files/Africa_Soil_Carbon_letter.pdf). Acesso em: 23 jun. 2025.

<sup>17</sup> CNN Brasil. *Em 2 anos de pandemia, supermercado subiu 31%, conta de luz 33% e gasolina, 44%*. CNN Brasil, 08 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/microeconomia/em-2-anos-de-pandemia-supermercado-subiu-31-conta-de-luz-33-e-gasolina-44/>. Acesso em: 6 de dez. 2025.

COP31, que será realizada em 2026<sup>18</sup>. A oficialização do grupo de trabalho de Sharm el-Sheikh foi realizada na COP28, em Dubai, com o lançamento de uma plataforma online de compartilhamentos das experiências de implementação. O que podemos notar nesse breve histórico, é a tendência ao adensamento da agricultura nas discussões climáticas.

## **2.1. Origens da justiça climática e sua contribuição para a segurança e soberania alimentar**

A agricultura traz para as negociações climáticas a reanimação de um conflito entre a proteção dos pequenos agricultores e a existência dos monopólios e grandes aglomerados agroindustriais que coordenam a produção global de bens alimentares. Para os termos segurança alimentar, a Cúpula Mundial da Alimentação de 1996 organizada pela FAO em Roma foi importante no desenvolvimento mais formal das atribuições que o termo possui e dos usos feitos pelas autoridades. A referida reunião produziu a Declaração de Roma (1996) documento que apresenta compromissos para o combate à fome mundial. Pode-se afirmar que, no documento final, as formulações que hoje marcam o contraste entre soberania alimentar e segurança alimentar apareciam ainda fundidas sob uma mesma noção, expressa exclusivamente pela concepção de segurança alimentar. Na seção de objetivos e ações, é citado tanto a necessidade de transferência de tecnologias e investimento para países em desenvolvimento como a promoção sustentável que favoreça uma gestão florestal harmonizada com as manifestações culturais da população local da região, propondo a investigação das culturas alimentares já existentes nos países como ponto de referência, assim como oferecendo benefícios econômicos que incentivam a preservação dos recursos naturais<sup>19</sup>. A declaração destaca muitos tópicos contemporâneos, como a maior

<sup>18</sup>Insper Agro Global. **COP 28: o consenso tímido sobre transição energética**. Insper Agro Global, 13 dez. 2023. Disponível em: <https://agro.insper.edu.br/midia/noticias/cop-28-o-consenso-timido-sobre-transicao-energetica>. Acesso em: 6 dez. 2025.

<sup>19</sup> Para a transferência tecnológica, ver objetivo 3.3; gestão florestal, ver objetivo 3.1; para a formulação de incentivos econômicos para preservação, ver objetivo 3.2, para o aspecto da utilização das culturas alimentares já existentes, ver objetivo 3.4. FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Declaração**

vulnerabilidade dos países mais pobres às consequências das destruição dos ecossistemas, a atenção às questões de gênero na promoção das políticas, e a incorporação de políticas de renda e acessibilidade para os mais pobres como necessidade prévia ao alcance da segurança alimentar.

Em 2012, um relatório feito pelo painel de alto nível da HLPE-FSN (*High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition*) destinado aos formuladores de políticas e responsáveis, deu continuidade ao documento de Roma dando consistência ao impacto da agricultura nas mudanças climáticas. O conceito de vulnerabilidade é o que possibilita a interpretação dos efeitos climáticos no que tange a segurança alimentar. Pensando na natureza dos impactos, na magnitude, e na capacidade de resposta das comunidades, o clima impacta tanto na qualidade nutricional como nos meios de subsistência. Isto é, tanto em efeitos biofísicos na qualidade dos alimentos produzidos como em consequentes aumentos em custos de produção<sup>20</sup>. Impactos que atravessam o campo até as cidades. A capacidade de resposta é o componente da vulnerabilidade que discrimina os afetados, o sudeste asiático e a África subsaariana, por exemplo, são regiões onde a magnitude dos impactos, influenciada pela região geográfica que estão situados, é atrelada a uma baixa resiliência, resultado principal de uma pré-existente pobreza<sup>21</sup>.

A COP21, realizada em 2015 e que teve como resultado o Acordo de Paris, permitiu que cada país voluntariamente organizasse suas metas e apresentasse no documento chamado Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC - *Nationally Determined Contribution*) resultando assim na diversidade de formas que a agricultura é enquadrada em cada plano

---

**de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial.** Cúpula Mundial da Alimentação, Roma. 1996. Disponível em: <https://www.fao.org/3/w3613e/w3613e00.htm> Acesso em: 23 jun. 2025.

<sup>20</sup> HLPE – High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. **Food security and climate change. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)** 2012. p.29. Disponível em: [https://www.fao.org/fileadmin/user\\_upload/hlpe/hlpe\\_documents/HLPE-Report-3-Food\\_security\\_and\\_climate\\_change-June\\_2012.pdf](https://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE-Report-3-Food_security_and_climate_change-June_2012.pdf). Acesso em: 6. dez. 2025.

<sup>21</sup> Ibidem. p 44.

nacional. Por parte da sociedade civil e de alguns países membros do acordo de Paris, existia preocupação que o debate de financiamento de ações de preservação e da produção agrícola sustentável pusessem entrar nas negociações como incentivos via especulação do crédito de carbono para as empresas privadas, alterando prioridades ligadas à justiça climática e retirando a autonomia das comunidades locais em relação a floresta e seus modos de vida e produção, invertendo a lógica da responsabilização das mudanças climáticas e reproduzindo uma dinâmica de poder colonialista, por afetarem principalmente na autonomia dos povos indígenas e dos pequenos agricultores do Sul Global<sup>22</sup>.

Os primeiros casos relatados de discriminação ambiental, a relação sistemática entre comunidades negras periféricas e as externalidades ambientais negativas do zoneamento das cidades do Sul dos Estados Unidos, foram fundamentais para a formação da justiça ambiental, desenvolvida pelo sociólogo Robert Bullard. A história dessa formação é a mesma em uma outra escala, aos argumentos que concernem os países em desenvolvimento quando é tratado os termos de responsabilização e proporcionalidade. É significativo ressaltar que Bullard fez a ligação entre a atividade dos movimentos ambientalistas, composta majoritariamente da média e alta classe de norte-americanos brancos, com os subúrbios afro-americanos e a luta pelos direitos civis das décadas de 1960 e 1970. É no estudo paradigmático para a Justiça Climática “*Dumping in Dixie*” (1990) que Bullard inicialmente discute a aproximação gradual dos movimentos de defesa do meio ambiente com os conflitos que concernem a desigualdade social na luta pelos direitos civis, destacando marcadores sociais de classe e consequentemente de cor, para compreender o percurso envolvido entre as duas posições que foram contemporâneas entre si. A mobilização nacional orientada pelo senador

<sup>22</sup> KILL, Jutta. REDD: **uma coleção de conflitos, contradições e mentiras**. Montevidéu: World Rainforest Movement, fev. 2015. Disponível em: [https://www.wrm.org.uy//pt/files/2015/04/REDD-Uma\\_Colecao\\_de\\_conflitos\\_controlocoes\\_e\\_mentiras.pdf](https://www.wrm.org.uy//pt/files/2015/04/REDD-Uma_Colecao_de_conflitos_controlocoes_e_mentiras.pdf). WORLD RAINFOREST MOVEMENT (WRM). **Acabar com o colonialismo implica acabar com o REDD+**. In: 15 anos de REDD: um esquema corrompido em sua essência. [S.l.: s.n.], 27 abr. 2022. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/pt/15-anos-de-REDD-Acabar-com-o-colonialismo-implica-acabar-com-o-REDD>. Acesso em: 1 set. 2025

conservacionista Gaylord Nelson em 1970 para o dia da Terra nos Estados Unidos, a conferência de Estocolmo em 1972, se somaram para a popularização da pauta ambientalista, impulsionando “corações e mentes” junto ao impacto do Livro de Rachel Carlson, “A primavera silenciosa” (1962). Uma discussão que já partia de uma perspectiva internacionalizante, discutindo politicamente o planeta “de cima para baixo”. Nesse sentido, a inclusão na agenda dos direitos civis das comunidades negras de temas relativos ao meio ambiente não foi fácil devido ao enfrentamento dos dilemas que deram forma a como era realizada a discussão política do ambientalismo. Para Bullard, limitando-se ao contexto norte-americano, os ambientalistas tiveram dificuldade para convencer as comunidades negras e pobres de que suas pautas lhe são favoráveis e complementares.<sup>23</sup> O falso dilema entre desenvolvimento e geração de empregos contra o preservacionismo e eventuais reformas sustentáveis, por exemplo, afasta comunidades onde a prioridade está relacionada à luta por políticas de equidade contra o racismo institucionalizado, grupos vulneráveis a propagandas políticas conservadoras que se utilizam do desemprego como ameaça. A dificuldade destas coalizões também se fragiliza na tomada de decisões, momento em que a necessidade de preenchimento da lacuna de classe e ideologia entre a diversidade das agendas ambientalistas e as lideranças locais das comunidades negras periféricas se tornam mais evidentes.<sup>24</sup> “*Not in my Backyard*” é uma expressão popular nos países anglófonos utilizada em oposição a projetos urbanísticos com impactos negativos nas vizinhanças. Pensando na expressão, Robert Bullard a utiliza para exemplificar o local secundário que as comunidades negras são posicionadas nas prioridades dos decisores e formuladores de políticas. A expressão demonstra o impacto inicial do ativismo ambiental na conscientização pública e nos ajuda a visualizar a relação mais explícita e frequente entre a desigualdade e as externalidades

<sup>23</sup> BULLARD, Robert D. **Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality**. 3. ed. Boulder, CO: Westview Press, 2000, p. 9-14.

<sup>24</sup> Ibidem.

ambientais: a correspondente decisão das autoridades “*Place in black's backyard*”<sup>25</sup>. Para Bullard, as diferenças entre os movimentos de direitos civis e ambientalistas, convergem para um ponto, que as expressões do ativismo ambiental da década de 1970 e os problemas históricos da desigualdade das comunidades minoritárias afro-americanas, possuem origem comum e estão na essência do conceito de racismo ambiental<sup>26</sup>. Essa origem fornece uma historicidade para a construção da justiça climática, favorecendo um engajamento e uma tomada de consciência mais ampla e democrática da atual crise ecológica.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> BULLARD, Robert D. Op.cit. p. 4.

<sup>26</sup> Ibidem.

<sup>27</sup> MARÇAL, Marina. 'O mesmo sistema que criou o colonialismo e a escravidão está criando a destruição climática'. *CartaCapital*, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/o-mesmo-sistema-que-criou-o-colonialismo-e-a-escravidao-est-a-criando-a-destruicao-climatica/> Acesso em: 1 set. 2025.

### 3. Soberania Alimentar e a Via Campesina

Como apontado anteriormente, à Cúpula Mundial da Alimentação de 1996, trouxe o conceito de segurança alimentar. Simultaneamente à essa Cúpula, a Via Campesina conseguiu lançar-se internacionalmente o conceito de soberania alimentar em um evento realizado junto a movimentos e organizações sociais, também em Roma. Posterior a essa ação, a Via Campesina conseguiu liderar o movimento de atores não-governamentais envolvidos com os movimentos sociais rurais de pequenos agricultores e camponeses. A origem da via Campesina está no II *Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos* (UNAG) sediado na Nicarágua em 1992, e em 1993, a proposta de uma articulação mundial de camponeses foi formalizada na cidade de Mons na Bélgica<sup>28</sup>. A Via Campesina entende seu surgimento como a reorganização da experiência dos trabalhadores, após fim da União Soviética, e a construção de uma nova identidade política no contexto de multiplicação das políticas neoliberais pelo mundo que redesenhou o trabalho da agricultura e fortaleceu a representação de seu “outro político”, os mecanismos de governança supra-estatal e as organizações financeiras internacionais.<sup>29</sup>

A criação da OMC e os ajustes estruturais de liberalização (conhecido como o sistema das caixas) para o mercado agrícola internacional representou para o movimento da Via Campesina a convergência dos movimentos sociais contra a política agrícola neoliberal que promoveu a homogeneização dos direitos de propriedade e do modo de produção agrícola. Política que incorporou países com grande potencial produtivo em um circuito padronizado de livre mercado, incentivado pelas instituições internacionais.<sup>30</sup> Em 1993, a publicidade da Via Campesina apresentou contornos de um movimento antiglobalização e altermundista,

<sup>28</sup> LA VÍA CAMPESINA. **An Historical and Political Analysis.** [S.l.: s.n.], maio 2013. Disponível em: [\[https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2013/05/EN-10.pdf\]](https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2013/05/EN-10.pdf) Acesso em: 1 set. 2025.

<sup>29</sup> VIEIRA, FLÁVIA B. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** (2012). REVISTA NERA, 20, 58-82. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i20.1865> Acesso em: 1 set. 2025.

<sup>30</sup> Ibidem.

manifestando-se contrariamente à cúpula organizada pela FAO. Como podemos destacar nas participações em protestos posteriores como na Batalha de Seattle<sup>31</sup> (1999). Portanto, a conjuntura política desta projeção, podemos inferir, coincide com a consolidação do Consenso de Washington no contexto internacional junto a mudança do paradigma tecnológico na agricultura, também chamado de “Revolução Verde”. A Revolução Verde foi apresentada como uma ferramenta para o aumento da segurança alimentar no planeta, através das inovações tecnológicas do agronegócio. Iniciada no fim da Segunda Guerra Mundial, a revolução nas técnicas de produção agrícola se transformou por meio da cadeia internacional dominada pelo modelo de agronegócio norte-americano, os precursores<sup>32</sup>.

### 3.1. O agronegócio e a Revolução Verde

O agronegócio foi consequência da progressiva diferenciação na oferta de produtos agrícolas. Uma competitividade que crescia com avanços científicos na engenharia de alimentos, no processamento das matérias-primas, de origem vegetal ou animal, entre uma variedade de empreendimentos que se especializaram em tais etapas processuais. A inovação de John H. Davis e Ray A. Goldberg<sup>33</sup> (1957) foi redefinir o trabalho na agricultura, em um só complexo industrial, nomeado agroindustrial. Pensando na interdependência de uma extensa linha de processos produtivos, a inovação promoveu um novo modo de gestão administrativa

<sup>31</sup>LA VÍA CAMPESINA. **Seattle Declaration: Take WTO out of agriculture.** [S.l.: s.n.], 3 dez. 1999. Disponível em: [\[https://viacampesina.org/en/1999/12/seattle-declaration-take-wto-out-of-agriculture/\]](https://viacampesina.org/en/1999/12/seattle-declaration-take-wto-out-of-agriculture/)(https://viacampesina.org/en/1999/12/seattle-declaration-take-wto-out-of-agriculture/). Acesso em: 1 set. 2025.

<sup>32</sup>MENDONÇA, Maria Luisa. **O papel da agricultura nas relações internacionais e a construção do conceito de agronegócio.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 375–402, maio–ago. 2015. DOI: 10.1590/S0102-85292015000200002. Disponível em: [\[https://www.scielo.br/j/cint/a/Yjs35KhVFpmN7wVpTCCjgyJ/?lang=pt\]](https://www.scielo.br/j/cint/a/Yjs35KhVFpmN7wVpTCCjgyJ/?lang=pt)(https://www.scielo.br/j/cint/a/Yjs35KhVFpmN7wVpTCCjgyJ/?lang=pt). Acesso em: 1 set. 2025.

<sup>33</sup>DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. **A concept of agribusiness.** Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1957

que se estende além da fazenda, pensando na logística de toda produção até o produto final nos supermercados. O agronegócio é bem sucedido na agregação de valor, no efeito multiplicador gerado nas especializações necessárias, nas empresas eventualmente participantes da cadeia de valor<sup>34</sup>. O retorno em aprimoramento tecnológico e científico da produção, facilita a passagem de uma agricultura extensiva para a intensiva. A exportação desse modelo de gestão foi pouco a pouco alterando significativamente a competitividade no mercado agrícola mundial. A história da transformação do Brasil em uma potência agroindustrial é um grande exemplo disto.

O caso brasileiro congrega elementos importantes para compreender a relação entre o agronegócio e a segunda Revolução Verde. Esta relação está expressa nas mudanças do setor produtivo na agricultura brasileira entre o período de criação da CNA (Confederação Nacional de Agricultura) até a criação da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), no início da Nova República no contexto da promulgação da atual constituição federal (1988). A história da criação da ABAG é a culminação do sucesso da empresa brasileira AGROCERES, de engenharia genética animal e vegetal, que trouxe os primeiros híbridos de milho ao país e especializou-se na produção de suínos nos anos 1970. O projeto político-econômico voltado para o agronegócio que vemos hoje, se estabelece nesse momento de transição democrática e reorganização dos produtores rurais, que a Frente Parlamentar da Agricultura na constituinte foi a expressão da ruptura com o antigo formato da CNA<sup>35</sup>. Não é por acaso que o primeiro presidente da ABAG era o presidente da AGROCERES, Ney Bittencourt de Araújo, responsável também por importar os novos conhecimentos da engenharia agronômica para o

<sup>34</sup>BARROS, Geraldo. **Agronegócio: conceito e evolução.** Piracicaba: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – ESALQ/USP (CEPEA), janeiro de 2022. Disponível em: [https://www.cepea.org.br/upload/kceditor/files/agro%20conceito%20e%20evolu%C3%A7%C3%A3o\\_jan22\\_.pdf](https://www.cepea.org.br/upload/kceditor/files/agro%20conceito%20e%20evolu%C3%A7%C3%A3o_jan22_.pdf) Acesso em: 25 out. 2025.

<sup>35</sup>POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio.** 2018. 367 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. p.125. Disponível em: [https://opara.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/oojio/uploads/2019/08/Forma%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-do-agroneg%C3%B3cio\\_RibeiroNeto\\_CaioPompeia\\_D.pdf](https://opara.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/oojio/uploads/2019/08/Forma%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-do-agroneg%C3%B3cio_RibeiroNeto_CaioPompeia_D.pdf) Acesso em: 25 out. 2025.

Brasil, e fundar o instituto PENSA voltado ao tema na Business School da USP, no início dos anos 90, com a participação de Ray Goldberg nas aulas inaugurais da disciplina.<sup>36</sup>

A Revolução Verde, quando associada ao agronegócio, é conhecida como a “segunda fase” de um intenso processo de mudanças na agricultura, iniciado na segunda metade do século XX. Esta transformação refere-se à passagem da produção e domínio das tecnologias na indústria de agricultura do poder público para monopólios privados, novos proprietários de sementes e terras. Um modelo de agricultura intensiva com usos excessivos de agrotóxicos e combustíveis fósseis. A agricultura foi um campo em que se deslocaram muitas das inovações tecnológicas das indústrias alavancadas pela guerra através do Estado, implicando na descentralização dos processos tradicionais da produção agrícola. As multinacionais do agronegócio, subsidiadas pelo poder público, exportaram o modelo de gerenciamento e incorporaram outros países a cadeia agroindustrial, alterando sistemas agrícolas tradicionais e aumentando a dependência aos insumos industriais de empresas monopolistas<sup>37</sup>. O modelo agronegócio pode ser considerado a intensificação do processo de mudanças na produção, anteriormente pública para a segmentação a diversas empresas, para sustentar o monocultivo, a agricultura intensiva como modelo internacionalmente difundido com foco nos retornos de escala, alta produtividade e baixos custos. Interdependência vulnerável, tendente a crises de superprodução e a uma viciosa relação com o setor público, que é pressionado a ser a garantia de uma constante capitalização dos altos custos demandados da mecanização da agricultura, da pesquisa científica e dos maquinários destinados à produção quando necessário<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup>Ibidem, p.145.

<sup>37</sup>MENDONÇA, Maria Luisa. Op. cit.

<sup>38</sup>INTINI, João Marcelo; FERNANDES, Uelton Francisco. **Bancada ruralista: a face política do agronegócio.** In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA (ABRA). Agronegócio e realidade agrária no Brasil. [S.l.: s.n.], jul. 2013. p. 87. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/10/revista-abra-agronegocio-e-realidade-agraria-no-brasil.pdf>

Acesso em: 1 set. 2025.

A relação entre o agronegócio e a Revolução Verde é descrita mais aprofundadamente no estudo que o economista Philip McMichael (2016) nomeou e propôs como regimes alimentares globais. Os regimes alimentares globais são a leitura histórica da comoditização dos alimentos e suas transformações associadas às mudanças nos modos de produção do capitalismo<sup>39</sup>. A criação do conceito surgiu em uma revista de estudos rurais europeia em 1987 por Harriet Friedmann e foi posteriormente desenvolvido por McMichael. Segundo o autor, a concepção debatida de um atual terceiro regime alimentar, majoritariamente constituído por corporações, é um importante meio de análise dos sistemas alimentares por centralizar dois aspectos: a universalidade do sistema do Estado-nação após a segunda metade do século XX e os processos de expansão do agronegócio norte-americano<sup>40</sup>. O agronegócio (e a Via Campesina) está na passagem do segundo regime alimentar para o terceiro regime, contemporâneo, do momento das tecnologias agrícolas e do poder do Estado norte-americano para a hegemonia do monopólio corporativo, do poder das empresas privadas nas cadeias agroindustriais e o ressurgimento do camponês enquanto identidade política com raízes explícitas no Sul-global, especialmente na América Latina. Como destaca Henry Bernstein, a dinâmica do poder colonial tem responsabilidade na criação das políticas de agroindustrialização nacional, no histórico das zonas agrárias. A inovação no padrão de comércio extrativista no modelo da metrópole/colônia, consequentemente tem autoria na criação de um campesinato que antes inexistia nesses territórios, desenvolvendo-se posteriormente em uma agricultura de exportação<sup>41</sup>. O sistema agrícola desenvolvido no século XX, expressado pela agricultura intensiva industrial que o agronegócio representa é uma continuidade da própria lógica das plantations que moldaram o comércio internacional

<sup>39</sup> “In this sense, the food regime concept offers a unique comparative-historical lens on the political and ecological relations of modern capitalism writ large.” MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. The Journal of Peasant Studies, v. 36, n. 1, 2009, p. 142. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150902820354> Acesso em: 1 set. 2025.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 146.

<sup>41</sup> BERNSTEIN, Henry. **Soberania alimentar: uma perspectiva cética.** Sociologias, Porto Alegre, v. 17, n. 39, p. 276–336, 2015. p.288. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/SxLT4Lqk4bDYyLVv73srW6B/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 3 set. 2025.

ainda na fase de acumulação primitiva do capitalismo, nos séculos XV e até aproximadamente o século XIX, no primeiro momento do regime alimentar global, ainda associado às relações coloniais e o impacto da Revolução Industrial na divisão de trabalho internacional<sup>42</sup>. Dentro desse quadro de análise, o neoextrativismo das cadeias agroindustriais contemporâneas encontra na luta social camponesa a resistência ao avanço da mecanização e o alienamento da relação cultural e social dos povos com a natureza.<sup>43</sup> É assim que a influência da experiência colonial dos países da América Latina tem preponderância nos diálogos e na formação dos movimentos camponeses, estabelecendo vínculos com as comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo, quando articula atos políticos e coordenam cooperativas comunitárias autônomas que colocam a autonomia territorial no centro das questões para uma soberania alimentar plena<sup>44</sup>. Os sistemas alimentares ocupam uma posição central no posicionamento político da Via Campesina. Estudar as transformações dos modos de produção da agricultura ao longo do tempo, portanto, é fundamental para a compreensão do posicionamento político da Via Campesina e sua relação com os sistemas alimentares e a soberania alimentar.

### **3.2. O campesinato contemporâneo e o debate em aberto sobre a soberania alimentar**

O debate existente nos estudos marxistas sobre o campesinato e os trabalhadores rurais foge ao proposto neste trabalho. Entretanto, é válido apresentar brevemente alguns

---

<sup>42</sup> Nesse sentido, tanto os estudos antropológicos de Anna Tsing como a primeira teoria do regime alimentar de Harriet Friedmann desenvolvem um entendimento complementar partindo de métodos distintos para compreender o empreendimento das monoculturas nas relações comerciais entre metrópoles e colônias.

<sup>43</sup> OLIVEIRA, Stacy; SANTOS, Camila; SOUSA, Rafaela. **A agricultura camponesa como resistência ao neoextrativismo no município de Tabuleiro do Norte/CE**. Revista GeoUECE, Fortaleza, v. 12, n. 22, e202301, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.59040/GEOUECE.2317-028X.v12.n22.e202301>. Acesso em: 3 set. 2025

<sup>44</sup> AMARO, Anderson. **A defesa do território**. In: ATLAS dos Sistemas Alimentares do Cone Sul (Atlas da Fome e-). 1. ed. [s.l.]: Rosa Luxemburgo Stiftung Brasil / Programa América do Sul, fev. 2024. p. 62-69. Disponível em: [https://rosalux.org.br/wp-content/upload/2024/02/Atlas\\_da\\_fome-e.pdf](https://rosalux.org.br/wp-content/upload/2024/02/Atlas_da_fome-e.pdf). Acesso em: 3 set. 2025

posicionamentos, posto que o fenômeno político da Via Campesina, internacional desde sua origem, apresenta intimidade com a teoria marxista do imperialismo.

A Via Campesina não se opõe à ciência ou à inovação em si. Ao contrário, busca reapropriar o conhecimento técnico dentro de uma perspectiva agroecológica e popular, com o objetivo de universalizar a identidade política do campesinato e seus conhecimentos tradicionais como base de um projeto contra-hegemônico global. Nesse movimento, estabelece contatos produtivos com o conceito de imperialismo, compreendido nas perspectivas marxistas de Lenín como também com Gramsci e o conceito de hegemonia. O reaparecimento do campesinato é um dos pontos de discussão presentes no surgimento da Via Campesina. Esse fenômeno é entendido como a reorganização da experiência dos trabalhadores, tendo agora os camponeses como líderes do processo histórico. Octavio Ianni em “A Utopia Camponesa” associa ao Campesinato uma condição particularmente utópica, ao discutir a categoria do Camponês no processo histórico e seu local dentro das leituras marxistas no século XX. A marginalidade do trabalhador do campo nas revoluções burguesas é colocado em foco por Ianni, visto sempre de uma perspectiva externa, seja quando se coloca em posição contra-revolucionária ou quando compõe força com a situação política que busca a transformação da ordem social. É a característica marginal que permanece residual e irredutível nas revoluções burguesas.

Há elementos contra-revolucionários no movimento social camponês, já que este não se opõe necessariamente à transformação da sociedade nacional nem leva em conta os ideais e interesses predominantes nesta. Nem sempre o camponês está pensando a "reforma agrária", que aparece nos programas, discursos e lutas dos partidos políticos, na maioria dos casos de base urbana. Pensa a posse e o uso da terra na qual vive ou vivia. Estranha quando o denominam "camponês" Reconhece que é trabalhador rural, lavrador, sitiante, posseiro, colono, arrendatário, meeiro, parceiro etc. São os outros que dizem, falam, interpretam, criam, recriam ou mesmo transfiguram as reivindicações e lutas do camponês. Muitas vezes este não se reconhece no que dizem dele, ou fazem por ele, a partir de partidos políticos, agências governamentais, órgãos da imprensa, igrejas. (IANNI, p.105,1986.)

A comunidade camponesa como metáfora de “outro mundo”, é por um lado, resistente à proletarização e por outro reivindicadora da posse do uso da terra, o campesinato como utopia, é de um fundo político que resiste a abstração da terra como um fato econômico, mas o reafirma como produto social e cultural. Determinando o seu poder revolucionário ao expor a posição singular do campesinato, enquanto classe social, que de um lado se mostra em condições mais precárias que os trabalhadores urbanos, mas de outro se constitui como “uma fantasia alheia às leis e determinações que governam as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo”<sup>45</sup>. Theodor Shanin (1980), importante teórico para os estudos marxistas do camponês, direciona suas críticas para dois aspectos que se comunicam com a leitura de Ianni. Ao colocar em discussão o Camponês, diz que o conceito é uma generalização e uma mistificação onde é possível atribuir uma heterogeneidade inesgotável de elementos históricos e sociais. Shanin conclui afirmando o potencial heurístico de uma pergunta: “os camponeses são um modo de produção, ou uma economia, ou uma classe?”<sup>46</sup>

Há, no entanto, entre a concepção de Campesinato e o modelo dos regimes alimentares, uma relação originária dentro do enquadramento do terceiro regime alimentar. A globalização da agricultura inaugurou também o “modo camponês” de resistência na perspectiva de McMichael, segundo Henry Bernstein. A soberania alimentar formula uma criticidade que traz ao centro das análises, um pensamento binário que diferencia as relações entre a Sociedade e Natureza, entre o capital e o seu outro, a Via Camponesa e a ética da soberania alimentar, assim entendidas. A discussão empreendida por Bernstein (2015) implica no questionamento dessa estrutura binária. Consciente também da generalização e da mistificação que a categoria de Camponês enseja. Resumidamente, o autor focaliza suas críticas em alguns pontos do projeto da soberania alimentar. A primeira é uma perspectiva

<sup>45</sup>IANNI, Octavio. **A utopia camponesa.** *Revista da USP*, São Paulo, n. 2, p. 103–118, 1986, p. 115.

<sup>46</sup>SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Estudos CEBRAP, n. 26. São Paulo: CEBRAP, 1980. p.70.

cética voltada para a “aspiração global” de transformação do sistema alimentar, posicionando-se favorável no desempenho da proposta em “análises concretas de situações concretas”. Desmembrando a resistência e afirmando a potencialidade de sua composição heterogênea, com exemplos favoráveis relativos à luta pela terra<sup>47</sup>. Nesse contexto, é determinante o questionamento da capacidade real de práticas agrícolas com baixo consumo de insumos externos alimentarem a população mundial e sua projeção de crescimento com um sistema alimentar baseado em comunidades auto suficientes. A segunda, é uma crítica à incomensurabilidade de valores que englobam a soberania alimentar enquanto um programa político, envolvendo complexidades étnicas e sociais diminuídas na mistificação de um “modo camponês”. Para o autor, a lógica dos pequenos produtores de alimentos em um mercado globalizado ultrapassa a simplificação valorativa entre a agricultura convencional baseado na monocultura e as agroecológicas com culturas consorciadas<sup>48</sup>. A incomensurabilidade, por fim, produz uma incapacidade de poder decisório das lideranças determinar suas últimas instâncias, a palavra final<sup>49</sup>.

No Brasil, o discurso oficial do Estado, enquadra o campesinato nos termos da agricultura familiar e das comunidades tradicionais. Essas duas categorizações estão presentes nas comunidades agroecológicas que são contempladas em programas de financiamento público. O programa de aquisição de alimentos (PAA) e o programa nacional de alimentação escolar (PNAE) são exemplos de projetos que exigem que produtores beneficiados sejam inscritos no cadastro nacional de agricultura familiar (CAF). Como instrumento de identificação, o CAF, exige requisitos mínimos como a posse de uma propriedade de até quatro módulos fiscais, e que no mínimo metade da renda bruta familiar seja originada no trabalho rural e que a gestão

<sup>47</sup> BERNSTEIN, Henry. **Soberania alimentar: uma perspectiva cética.** *Revista Mexicana de Sociología*, Cidade do México, v. 77, n. 3, p. 467-496, jul./set. 2015. p.325. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/868/86838423010.pdf>

<sup>48</sup> Ibidem. p.298.

<sup>49</sup> Ibidem. p.322.

seja estritamente familiar. Tais exigências se alteram para tipos específicos de unidade familiar, as comunidades tradicionais como as quilombolas e indígenas.<sup>50</sup> O cálculo do tamanho da propriedade em módulos fiscais é determinado pelo município. O módulo fixado pelo INCRA considera variáveis proporcionalmente determinadas pela circunstância local, calculando as vias de rentabilidade de um propriedade rural e seu tamanho com base nesses referenciais.<sup>51</sup> O selo para comunidades tradicionais (PCT), como meio de identificação da origem dos produtos, também são exemplos de enquadramentos oficiais pelo Estado. A definição de agricultura familiar facilitou uma interação positiva com mercado e a sociedade através da institucionalização<sup>52</sup>.

Tradicionalmente, entretanto, o campesinato brasileiro está relacionado à continuidade de uma condição de “itinerância” apoiado pelo Estado.<sup>53</sup> Essa condição residual, nos “interstícios do sistema capitalista”<sup>54</sup>, é bem reconhecida nas emigrações que se sucedem a conflitos pela terra como também pela dispersão ocasionada pela necessidade de adaptar sua força de trabalho às demandas existentes, como as remanescentes comunidades tradicionais de pescadores e seringueiros. O debate sobre a agricultura familiar e o campesinato brasileiro estão direcionados nesse relacionamento com as nuances da condição nacional, marcada pela heterogeneidade e sincretismo de grupos historicamente forçados a fragmentações e transformações contundentes.

<sup>50</sup> MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR. **O que é o CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.** Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obra-e-atividades/cadastro-nacional-da-agricultura-familiar/o-que-e-o-caf> Acesso em: 14. nov. 2025.

<sup>51</sup> ((o))eco. **O que são módulos fiscais.** Disponível em: <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/27421-o-que-sao-modulos-fiscais/> Acesso em: 14 nov. 2025.

<sup>52</sup> CARVALHO, Igor; BICALHO, Ramofly. **O campesinato brasileiro.** Princípios, v. 42, n. 166, p. 74-91, mar. 2023. DOI: 10.4322/principios.2675-6609.2023.166.005. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/256/136> p. 81. Acesso em: 14 nov. 2025.

<sup>53</sup> Ibidem. p.83.

<sup>54</sup> Ibidem. p.77.

### 3.3. Sistemas alimentares, resistência camponesa e a construção da soberania alimentar

A expansão das propostas de desenvolvimento internacional orientadas por uma perspectiva neoliberal reproduzia-se na intensificação das organizações multilaterais na época em que as duas cúpulas foram realizadas, a da FAO e da sociedade civil em que a participação da Via Campesina se apresentou como um ator internacional relevante. A Via Campesina, advoga pela reforma agrária em um entendimento distinto do tradicional voltado aos antigos latifúndios locais, pois a homogeneização de um só sistema alimentar pelo mundo trouxe consigo a internacionalização da resistência dos trabalhadores do campo. Uma compreensão do nascimento da Via Campesina no início da década de 1990 como um “movimento de movimentos sociais”<sup>55</sup> que não se limita ao latifúndio e ao campo mas também diz respeito às consequências que o controle monopolístico da cadeia de produção de alimentos representa hoje nas cidades no que é chamado de “ditadura do Alimento”<sup>56</sup> e seus efeitos na saúde pública assim como na destruição de culturas alimentares locais sejam nos ambientes urbanos ou rurais.

A ditadura do alimento concentra-se em três aspectos: a padronização das culturas alimentares, os monopólios no mercado (alta competitividade e alimentos baratos) e a perda de autonomia da comunidade, base do que constitui a soberania alimentar. A revista científica na área de medicina, The Lancet, divulgou em 2019 um estudo que explora o que foi chamado de Sindemia Global, a relação entre obesidade, desnutrição, desigualdade social e mudanças climáticas, ajudando a visualizar as consequências dos três aspectos do atual sistema

<sup>55</sup> VIEIRA, FLÁVIA B. Op.cit. p. 23. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i20.1865>. Acesso em: 2 set. 2025.

<sup>56</sup> O termo foi utilizado pela ativista Vandana Shiva em uma entrevista. SANTOS, E. **Grandes corporações promovem uma ditadura do alimento, denuncia ativista.** Instituto Humanitas Unisinos – IHU, São Leopoldo, 10 abr. 2013. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/noticias/523025-grandes-corporacoes-promovem-uma-ditadura-do-alimento>. Acesso em: 2 set. 2025.

alimentar. A inovação do termo trata-se da expansão a uma escala global do termo médico Sindemia. A Sindemia Global amplia o conceito médico tradicional que evidencia como vulnerabilidades sociais tornam determinados grupos mais suscetíveis a múltiplas doenças simultaneamente<sup>57</sup>. O termo foi primeiramente articulado pelo antropólogo Merrill Singer para estudar a disseminação da AIDS, o uso abusivo de substâncias químicas e a violência nos bairros pobres, uma sinergia entre epidemias<sup>58</sup>. É também possível, através disso, mapear geograficamente regiões marcadas por diferenças no acesso aos bens alimentícios, no que é chamado de pântanos e desertos alimentares em uma sociedade obesogênica desigual, como descrito pela antropóloga Patricia Aguirre que estuda as mudanças nas culturas alimentares. Ao debater as raízes da fome contemporânea, Aguirre destaca que a fome no sistema alimentar mundial se trata de questões econômicas (acessibilidade aos alimentos) e não mais de causas naturais. Destacando principalmente o que chamou de fome oculta “que esconde na abundância todos os males da escassez.”<sup>59</sup> Tratando a desnutrição e a obesidade, associada à oferta abundante de produtos alimentícios ultraprocessados, como um problema acumulativo de sustentabilidade ambiental e saúde pública global. Aguirre afirma que vivemos uma “crise de comensalidade” ressaltando danos invisíveis na qualidade de vida como no pertencimento cultural.

(...) uma vez que a alimentação industrial substituiu todos os padrões locais, boicotando as identidades alimentares (que fazem parte da identidade) e apagando a comida caseira e a mesa numa bicada permanente de “ocnis”: *objetos comestíveis não identificados*. (AGUIRRE, sem paginação, 2024)

<sup>57</sup> CEE-FIOCRUZ. ‘Covid-19 não é pandemia, mas sindemia’: o que essa perspectiva científica muda no tratamento. Publicado em 14 out. 2020. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1264> Acesso em: 2 set. 2025.

<sup>58</sup>SINGER, Merrill. **Syndemics and Health**. In: *Defining Moments Canada: Insulin100*. Disponível em: <https://definingmomentscanada.ca/insulin100/epidemic-syndemic/syndemics-and-health/> Acesso em: 5 de set. 2025

<sup>59</sup> AGUIRRE, Patrícia. **A luta de classes na comida e nos corpos**. Outras Palavras, 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/a-luta-de-classes-na-comida-e-nos-corpos/> Acesso em: 2 set. 2025.

“Pântanos e desertos alimentares” trata-se, portanto, do mapeamento das regiões mais vulneráveis à alimentação nociva nas cidades, resultado de um sistema alimentar ineficiente e economicamente predatório. Preservado pelo rendimento de mega empresas agroalimentares que abastecem as grandes cadeias de supermercados varejistas. Desertos alimentares são áreas urbanas sem acesso a alimentação saudável. A origem do termo é atribuída a uma equipe de nutrição na Escócia que estudava políticas públicas voltadas para a população de baixa renda. Posteriormente também foi utilizado pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos. O índice de Deserto Alimentar (*food desert Index*) é formado por três elementos em uma zona de 400 metros: o número de supermercados, a proporção de armazéns saudáveis e restaurantes de *fast food*<sup>60</sup>. Pântanos alimentares, por outro lado, estão diretamente associadas às predições de obesidade pela acessibilidade mais alta a uma alimentação de baixa qualidade em alimentos prontos ultraprocessados<sup>61</sup>. Estes índices contribuem para explorar as relações cruzadas entre desenvolvimento socioeconômico e os planejamentos públicos em mobilidade urbana com as comorbidades relacionadas a uma sociedade obesogênica.

Pensar nessas pesquisas atuais nos permite retornar ao que substancializa o caráter ético de movimentos transnacionais como a Via Campesina, preservado na declaração de Nyéléni e na soberania alimentar. Novamente, a luta por soberania alimentar não é apenas uma pauta ruralista ou agrícola: ela é também uma política sobre as cidades. Uma forma de resistência à ditadura do alimento e um caminho para enfrentar a sindemia global. A declaração de Nyéléni foi resultado do Primeiro Fórum Mundial pela soberania alimentar, sediado no Mali em 2007. A reunião teve como objetivo responder a três perguntas decisivas: “Pelo que estamos

---

<sup>60</sup>HONÓRIO, Olivia Souza. **Desertos e pântanos alimentares em uma metrópole brasileira**. 2020. 148 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. p.18. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34486/1/Desertos%20e%20p%C3%A2ntanos%20alimentares%20em%20uma%20metr%C3%B3pole%20brasileira.pdf>

<sup>61</sup> Ibidem, p. 25-30.

lutando? Contra o quê estamos lutando? e o que vamos fazer a respeito?” dentro de sete temas:

1) Políticas comerciais e mercados locais; 2) Tecnologia e conhecimento local; 3) Acesso e controle sobre recursos naturais (terra, água, sementes, raças de gado); 4) Compartilhamento de territórios e terras, água, direitos de pesca, aquicultura, uso florestal entre setores; 5) Conflitos e desastres: resposta em nível local e internacional; 6) Condições sociais e migração forçada; e 7) Modelos de produção: impactos sobre as pessoas, meios de subsistência e meio ambiente ((NYÉLÉNI, 2007, p. 18).

Temas discutidos entre campesinos, pequenos agricultores, pescadores, pastores (comunidades tradicionais que dependem da criação de gados como subsistência), povos indígenas, trabalhadores e trabalhadoras migrantes, consumidores e movimentos urbanos, dividindo-se em conferências regionais e nacionais de acordo com os grupos de interesse.<sup>62</sup>

A Via Campesina propõe a intersecção das discussões sobre as mudanças climáticas e as discussões da estrutura de poder da sociedade por enquadrar as relações de trabalho de maneira direta com as cadeias de produção nas indústrias de alimentos. A discussão sobre a agricultura e o meio ambiente, questiona as relações de propriedade com a natureza expondo o cercamento promovido pelas empresas multinacionais para proteger o circuito produtivo; extrativista, exportador, monopolista, que constituem-se em formas de alienação de trabalho, de empobrecimento nutricional da população, insegurança alimentar, apagamento da relação cultural da comunidade com o território etc. A Via campesina atualmente integra 180 organizações em 81 países e participa ativamente na busca de reformas na arquitetura financeira internacional.<sup>63</sup> O sentido do movimento então, enquanto projeto societário, é pensar políticas públicas em relação aos processos de produção, distribuição, transformação,

<sup>62</sup>NYÉLÉNI. **Declaration of Nyéléni: Forum for Food Sovereignty.** Mali, 2007. p.18 Disponível em: <https://nyeleni.org/IMG/pdf/DeclNyeleni-en.pdf>

<sup>63</sup> Sobre as tarifas norte-americanas distribuídas para vários países, a Via campesina posicionou-se em um briefing: “*It is time to reimagine the structure of global trade, where instruments such as tariffs and subsidies are redirected to those who most deserve them – peasants, small-scale food producers, fisherfolk, and other rural workers.*” LA VÍA CAMPESINA. **Compressed EN Tariffs Briefing Paper LVC 2025.** [S. l.]: La Vía Campesina, 2025. Disponível em: [https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2025/06/Compressed\\_EN\\_Tariffs\\_Briefing\\_Paper\\_LVC\\_2025.pdf](https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2025/06/Compressed_EN_Tariffs_Briefing_Paper_LVC_2025.pdf)

na questão alimentar, ligado à agricultura agroecológica nesta relação primordial com os processos ecológicos da terra como um bem comum irredutível às relações comerciais<sup>64</sup>. O sistema alimentar contemporâneo está relacionado às ultrapassagens dos limites planetários de uma forma distinta dos setores mais poluidores, como energia, transporte e indústria. Pensando no sentido dos sistemas naturais da Terra, o conceito de limites planetários busca tornar visível zonas críticas para um funcionamento estável do planeta<sup>65</sup>. As alterações no uso da terra e do solo, juntamente com o emprego intensivo de agrotóxicos e o alto gasto de água associada ao sistema alimentar, impactam diretamente os fluxos biogeoquímicos do planeta. Esses efeitos indiretos muita das vezes intangíveis, da produção de alimentos, como aqueles descritos pela Sindemia Global, precisam ser incorporados ao perfil de emissões de GEE do sistema agroalimentar, que corresponde a um terço das emissões globais<sup>66</sup>. Para reforçar o papel político decisório que as atuais cadeias de produção alimentar implicam para as mudanças climáticas. O caminho de construção de um sistema alimentar alternativo necessariamente passará na formação de uma aliança entre campo e cidade, tendo na materialidade dos alimentos o principal instrumento de transformação<sup>67</sup>. Discutir sistemas alimentares é questionar a transformação do alimento em mercadoria buscando

---

<sup>64</sup> GUHUR, D; DA SILVA, N. R. **Agroecologia**. In Dicionário de Agroecologia. São Paulo, Expressão Popular, 2021. P. 60-71.

<sup>65</sup> STOCKHOLM RESILIENCE CENTRE. **Planetary Boundaries**. In: Stockholm Resilience Centre. Research: Planetary Boundaries. [Estocolmo], 2023. Disponível em: [\[https://www.stockholmresilience.org/research/planetary-boundaries.html\]](https://www.stockholmresilience.org/research/planetary-boundaries.html) Acesso em: 1 set. 2025.

<sup>66</sup> FAVARETO, Arilson; SANSEVERINO, Estela; NUNES-GALBES, Nadine; DÓREA, Olívia; MARROCOS-LEITE, Fernanda. **COP30 no Brasil – Por uma transição justa e sustentável do sistema agroalimentar**. São Paulo: Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis, FSP/USP, 2025. 25 p. Disponível em: [\[https://catedrajc.fsp.usp.br/wp-content/uploads/2025/05/COP-30-Por-uma-transicao-justa-e-sustentavel\\\_PB\\\_versao-2.pdf\]](https://catedrajc.fsp.usp.br/wp-content/uploads/2025/05/COP-30-Por-uma-transicao-justa-e-sustentavel\_PB\_versao-2.pdf) Acesso em: 1 set. 2025.

<sup>67</sup> AMARO, Anderson. **Apostar em um sistema alimentar sustentável**. In: ATLAS dos Sistemas Alimentares do Cone Sul (*Atlas da Fome e-*). 1. ed. [s.l.]: Rosa Luxemburgo Stiftung Brasil / Programa América do Sul, fev. 2024. p. 58-60. Disponível em: [\[https://rosalux.org.br/wp-content/upload/2024/02/Atlas\\_da\\_fome-e.pdf\]](https://rosalux.org.br/wp-content/upload/2024/02/Atlas_da_fome-e.pdf) Acesso em: 3 set. 2025.

constantemente um resgate às dimensões políticas e sociais que o ato de se alimentar implica<sup>68</sup>.

O marco de referência de sistemas alimentares para políticas públicas, divulgado no ano de 2025 pelo governo brasileiro, por exemplo, foi desenvolvido para auxiliar a formulação e articulação de políticas para a transição sustentável dos sistemas alimentares. Destacando a complexidade das relações entre alimentação e clima<sup>69</sup>. O conjunto de premissas apresentadas dialogam com a centralidade dos sistemas alimentares e respondem aos efeitos nocivos listados anteriormente para serem pensados em conjunto com os efeitos das mudanças climáticas: os efeitos desproporcionais na segurança alimentar dos mais vulneráveis, as emissões acumuladas das médias e longas cadeias de produção em relação a cadeias mais curtas, os impactos na saúde pública, na produtividade econômica e na insustentabilidade da monocultura em geral. Sendo relevante destacar a governança democrática como um dos caminhos para que a representação nos conflitos de interesses sejam diversificadas e transparentes, facilitando a participação social.

Na agricultura brasileira, as experiências na agroecologia são um exemplo de fortalecimento da perspectiva da justiça climática dentro das orientações do marco. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) divulgou, em outubro de 2025, um mapeamento das práticas agroecológicas realizadas no país. As experiências cadastradas na plataforma de pesquisa “Agroecologia em rede” contabilizou 307 municípios. O impacto positivo ao meio ambiente foi consideravelmente maior no que se refere a preservação dos sistemas ecológicos das florestas, em ações concretas de adaptação às mudanças climáticas,

---

<sup>68</sup> HONÓRIO, Olivia; COSTA, Fernanda; SOUZA, Maria. **O indigesto sistema do alimento mercadoria.** *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 1-12, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020200003>.

<sup>69</sup> BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS. **Marco de Referência de Sistemas Alimentares e Clima para as Políticas Públicas.** MDS / Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-de-referencia-de-sistemas-alimentares-e-clima-para-as-politicas-publicas>. Acesso em: 6 dez. 2025.

destacando o manejo e conservação do solo (70,7%) e da água (42%), o plantio de árvores e reflorestamento (56,9%).<sup>70</sup> Congregando os benefícios dos sistemas agroflorestais (SAFs) com uma participação comunitária em experiências de cozinhas solidárias e bancos de alimentos. Na região sudeste, concentra-se as experiências na agroecologia urbana, ainda que a maior parte seja oriunda do meio rural. No entanto, a diversificação dos sistemas produtivos estão presentes em 63% das experiências<sup>71</sup>. A maior parte se identifica com os propósitos da soberania alimentar e apenas 37,2% usufruiu do acesso a políticas públicas<sup>72</sup>. As políticas públicas mais acessadas são, respectivamente, o programa de aquisição de alimentos (PAA), programa nacional de alimentação escolar (PNAE), a lei de agricultura orgânica, programa nacional de agricultura familiar, política nacional de assistência técnica e produção rural.

Para Paulo Petersen, membro executivo da ANA e enviado do clima da COP30 para segurança alimentar, o mapeamento da agroecologia no Brasil fornece uma variedade de princípios para se pensar socioambientalmente soluções para a emergência climática<sup>73</sup>. Práticas que se agrupam principalmente na contraposição à “hegemonia do capitalismo agrário.” A construção de mercados de alimentos agroecológicos valorizam circuitos produtivos mais curtos além de priorizar valores de reciprocidade em detrimento da competitividade. Como Paulo destaca brevemente, a diferença e relação entre os sistemas agroecológicos e a grande cadeia produtiva do agronegócio, é a destinação da produção.<sup>74</sup> Enquanto a venda dos produtos que chegam ao mercado com preço acessível é o destino final das grandes cadeias hegemônicas, nos sistemas agroecológicos as relações de compra e venda

---

<sup>70</sup> ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **No clima da agroecologia.** Rio de Janeiro: ANA, 2025. Disponível em: [https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2025/10/NO-CLIMA-DA-AGROECOLOGIA\\_VIRTUAL.pdf](https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2025/10/NO-CLIMA-DA-AGROECOLOGIA_VIRTUAL.pdf) p.5. Acesso em: 25 out. 2025.

<sup>71</sup> Ibidem.

<sup>72</sup> Ibidem, p.8.

<sup>73</sup> Ibidem, p.10.

<sup>74</sup>Ibidem. p.11.

se misturam a trocas e consumo para autossuficiência. Diferença que aproxima a população da própria disponibilidade da produção agrícola e sua variação com tempo sazonal dos plantios e sua duração. A transição sustentável que se compromete com a comunidade convoca a politização de valores e hábitos culturais. A agroecologia e o discurso da soberania alimentar são partidárias dessa perspectiva, e fortalecem a busca para se atingir a justiça climática.

#### **4. Considerações finais**

Esse trabalho procurou demonstrar como a agricultura nas discussões internacionais de mudanças climáticas fornece uma concentração de temas críticos relevantes para a interpretação da conjuntura contemporânea, tendo a experiência histórica do Sul global preponderante impacto nas atuais propostas dos sistemas alimentares alternativos, como representado pelo movimento da La Via Campesina. No setor agrícola as externalidades ambientais mais importantes, destacado na relação entre a saúde e a alimentação por exemplo, escapam das métricas utilizadas nas conferências climáticas como os dados quantificados de emissões de carbono. No histórico das negociações climáticas é evidente a repetição de um mesmo conflito político entre países ricos e países mais pobres. A crise climática como uma multiplicadora de crises sociais expõe a impossibilidade de se alcançar a vontade política expressa no Acordo de Paris, no ideal de um progresso ecologicamente sustentável e justo entre os países sem antes resolver o desenvolvimento histórico desigual. O retorno ao debate de temas voltados à ligação social com a terra, no uso e nas formas de habitá-la, para a condição de base de qualquer produção material que é o trabalho sobre a terra. A agricultura, portanto, impõe-se como uma zona de conflito reincidente, onde a política internacional não consegue formalizar falsos consensos. Atento a este sentido, é que este trabalho associa a internacionalização dos movimentos camponeses com uma ligação fundacional com a experiência colonial dos países latinos-americanos.

A utilidade dos sistemas alimentares, por fim, está na sua potencialidade como uma lente de análise para política internacional, possibilitando a visualização das consequências não quantificáveis do atual sistema de produção para o bem-estar humano e para o ecossistema do planeta. A intersubjetividade do ato de se alimentar fornece uma base de trabalho acessível e pedagógica para a mobilização social. A agroecologia e as práticas comunitárias autônomas,

como divulgadas pela Articulação Nacional da Agroecologia, são exemplos de transição sustentável transversal entre as cidades e o campo, pois reúnem justiça climática e soberania alimentar na prática de conservação ambiental na agricultura e a possibilidade de engajamento social transformativo, consciente das condições materiais desiguais dos grupos e sujeitos políticos.

## 5. Referências bibliográficas

AGUIRRE, Patrícia. **A luta de classes na comida e nos corpos.** Outras Palavras, 2024.

Disponível em:  
<https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/a-luta-de-classes-na-comida-e-nos-corpos/>

Acesso em: 2 set. 2025.

AMARO, Anderson. **A defesa do território.** In: ATLAS dos Sistemas Alimentares do Cone Sul (Atlas da Fome e-). 1. ed. [s.l.]: Rosa Luxemburgo Stiftung Brasil / Programa América do Sul, fev. 2024. p. 62-69. Disponível em:

[https://rosalux.org.br/wp-content/upload/2024/02/Atlas\\_da\\_fome-e.pdf](https://rosalux.org.br/wp-content/upload/2024/02/Atlas_da_fome-e.pdf). Acesso em: 3 set. 2025

AMARO, Anderson. **Apostar em um sistema alimentar sustentável.** In: ATLAS dos Sistemas Alimentares do Cone Sul (Atlas da Fome e-). 1. ed. [s.l.]: Rosa Luxemburgo Stiftung Brasil / Programa América do Sul, fev. 2024. p. 58-60. Disponível em:  
[https://rosalux.org.br/wp-content/upload/2024/02/Atlas\\_da\\_fome-e.pdf](https://rosalux.org.br/wp-content/upload/2024/02/Atlas_da_fome-e.pdf). Acesso em: 3 set. 2025.

**ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). No clima da agroecologia.**

Rio de Janeiro: ANA, 2025. Disponível em:  
[https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2025/10/NO-CLIMA-DA-AGROECOLOGIA\\_VIRTUAL.pdf](https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2025/10/NO-CLIMA-DA-AGROECOLOGIA_VIRTUAL.pdf)

BARROS, Geraldo. **Agronegócio:** conceito e evolução. Piracicaba: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – ESALQ/USP (CEPEA), janeiro de 2022. Disponível em:

[https://www.cepea.org.br/upload/kceditor/files/agro%20conceito%20e%20evolu%C3%A7%C3%A3o\\_jan22\\_.pdf](https://www.cepea.org.br/upload/kceditor/files/agro%20conceito%20e%20evolu%C3%A7%C3%A3o_jan22_.pdf) Acesso em: 25 out. 2025.

BERNSTEIN, Henry. **Soberania alimentar:** uma perspectiva cética. *Revista Mexicana de Sociología*, Cidade do México, v. 77, n. 3, p. 467-496, jul./set. 2015. p.325. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/868/86838423010.pdf>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Marco de Referência de Sistemas Alimentares e Clima para as Políticas Públicas.** Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-de-referencia-de-sistemas-alimentares-e-clima-para-as-politicas-publicas>. Acesso em: 6 dez. 2025.

BULLARD, Robert D. **Dumping in Dixie:** Race, Class, and Environmental Quality. 3. ed. Boulder, CO: Westview Press, 2000.

CARVALHO, Igor; BICALHO, Ramofly. **O campesinato brasileiro.** Princípios, v. 42, n. 166, p. 74-91, mar. 2023. DOI: 10.4322/principios.2675-6609.2023.166.005. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/256/136> p. 81. Acesso em: 14 nov. 2025.

CEE-FIOCRUZ. **‘Covid-19 não é pandemia, mas sindemia’:** o que essa perspectiva científica muda no tratamento. Publicado em 14 out. 2020. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1264> Acesso em: 2 set. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. **A política agrícola comum:** visão geral. [s.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: [https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/cap-overview/cap-glance\\_pt](https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/cap-overview/cap-glance_pt). Acesso em: 7 jun. 2025.

COX, Robert W. **Social forces, states and world orders:** beyond international relations theory. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126–155, jun. 1981.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. **A concept of agribusiness.** Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1957.

Dias de Sá, Camilla. **COP 28: o consenso tímido sobre transição energética.** Insper Agro Global, 13 dez. 2023. Disponível em: <https://agro.insper.edu.br/midia/noticias/cop-28-o-consenso-timido-sobre-transicao-energetica>. Acesso em: 06 dez. 2025.

ELIAS, Juliana. **Em 2 anos de pandemia, supermercado subiu 31%, conta de luz 33% e gasolina, 44%.** CNN Brasil, 08 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/microeconomia/em-2-anos-de-pandemia-supermerca-do-subiu-31-conta-de-luz-33-e-gasolina-44/>. Acesso em: 6 de dez. 2025.

FANZO, Jessica. **The Healthiest Cooking Oil Is Getting More Expensive—Here's Why.** EatingWell, 21 out. 2024. Disponível em: <https://www.eatingwell.com/the-surprising-reason-why-olive-oil-is-getting-more-expensive-8722119>. Acesso em: 7 jun. 2025.

FAVARETO, Arilson; SANSEVERINO, Estela; NUNES-GALBES, Nadine; DÓREA, Olívia; MARROCOS-LEITE, Fernanda. **COP30 no Brasil:** por uma transição justa e sustentável do sistema agroalimentar. São Paulo: Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis, FSP/USP, 2025.

GORDILLO, Gustavo; JERÓNIMO, Obed. **Food security and sovereignty.** Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 2013. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/61f3f359-669c-40ff-88c6-b39b48135f3a/content>. Acesso em: 7 jun. 2025.

GUHUR, D; DA SILVA, N. R. **Agroecologia.** In Dicionário de Agroecologia. São Paulo, Expressão Popular, 2021. P. 60-71.

HLPE – High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. **Food security and climate change.** Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 2012.

Disponível em:

[https://www.fao.org/fileadmin/user\\_upload/hlpe/hlpe\\_documents/HLPE-Report-3-Food\\_security\\_and\\_climate\\_change-June\\_2012.pdf](https://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE-Report-3-Food_security_and_climate_change-June_2012.pdf) Acesso em: 6 dez. 2025.

HONÓRIO, Olivia Souza. **Desertos e pântanos alimentares em uma metrópole brasileira.** 2020. 148 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Minas

Gerais, Belo Horizonte, 2020. p.18. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34486/1/Desertos%20e%20p%C3%A2ntanos%20alimentares%20em%20uma%20metr%C3%B3pole%20brasileira.pdf> Acesso em: 7 jun. 2025.

HONÓRIO, Olivia; COSTA, Fernanda; SOUZA, Maria **O indigesto sistema do alimento mercadoria.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 1-12, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0104-12902020200003>. Acesso em: 7 jun. 2025.

IANNI, Octavio. **A utopia camponesa.** *Revista da USP*, São Paulo, n. 2, p. 103–118, 1986.

Institute for Agriculture and Trade Policy (IATP). **Letter to African Ministers on Soil Carbon Markets.** Minneapolis: IATP, 21 nov. 2011. Disponível em:

[https://www.iatp.org/sites/default/files/Africa\\_Soil\\_Carbon\\_letter.pdf](https://www.iatp.org/sites/default/files/Africa_Soil_Carbon_letter.pdf). Acesso em: 23 jun.

2025. Acesso em: 23 jun. 2025.

Institute for Agriculture and Trade Policy (IATP). **Putting Agriculture on the Global Climate Agenda.** Minneapolis (?), IATP, dez. 2009. Disponível em:

[https://www.iatp.org/sites/default/files/451\\_2\\_106993\\_0](https://www.iatp.org/sites/default/files/451_2_106993_0) Acesso em: 23 jun. 2025.

INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE (IEMA). **Entenda as emissões de gases de efeito estufa nos setores de energia e de processos industriais no Brasil em 2023.** 13

nov. 2024. Disponível em:

<https://energiaeambiente.org.br/entenda-as-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-nos-setores-de-energia-e-de-processos-industriais-no-brasil-em-2023-20241113>. Acesso em: 7 jun. 2025.

INTINI, João Marcelo; FERNANDES, Uelton Francisco. **Bancada ruralista: a face política do agronegócio.** In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA (ABRA).

Agronegócio e realidade agrária no Brasil. \[S.l.: s.n.\], jul. 2013. p. 87. Disponível em:

<https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/10/revista-abra-agronegocio-e-realidade-agraria-no-brasil.pdf> Acesso em: 1 set. 2025.

KILL, Jutta. **REDD: uma coleção de conflitos, contradições e mentiras.** Montevidéu: World

Rainforest Movement, fev. 2015. Disponível em:

[https://www.wrm.org.uy//pt/files/2015/04/REDD-Uma\\_Colecao\\_de\\_conflitos\\_controdictoes\\_e\\_mentiras.pdf](https://www.wrm.org.uy//pt/files/2015/04/REDD-Uma_Colecao_de_conflitos_controdictoes_e_mentiras.pdf). Acesso em: 1 set. 2025.

LA VÍA CAMPESINA. **An Historical and Political Analysis.** \[S.l.: s.n.\], maio 2013.

Disponível em:

[<https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2013/05/EN-10.pdf>](<https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2013/05/EN-10.pdf>). Acesso em: 1 set. 2025.

LA VÍA CAMPESINA. **Compressed EN Tariffs Briefing Paper LVC 2025.** [S. l.]: La Vía

Campesina, 2025. Disponível em:

[https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2025/06/Compressed\\_EN\\_Tariffs\\_Briefing\\_Paper\\_LVC\\_2025.pdf](https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2025/06/Compressed_EN_Tariffs_Briefing_Paper_LVC_2025.pdf) Acesso em: 1 set. 2025.

LA VÍA CAMPESINA. **Nyéléni Declaration on Food Sovereignty.** Roma: La Vía

Campesina, abr. 2024. Disponível em:

em: [https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2024/04/Nyeleni-Declaration\\_Food-Sovereignty\\_EN.pdf](https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2024/04/Nyeleni-Declaration_Food-Sovereignty_EN.pdf). Acesso em: 7 jun. 2025.

**LA VÍA CAMPESINA. Seattle Declaration: Take WTO out of agriculture.** [S.l.: s.n.], 3 dez. 1999. Disponível em: [https://viacampesina.org/en/1999/12/seattle-declaration-take-wto-out-of-agriculture/](https://viacampesina.org/en/1999/12/seattle-declaration-take-wto-out-of-agriculture/). Acesso em: 1 set. 2025.

**MARÇAL, Marina.** 'O mesmo sistema que criou o colonialismo e a escravidão está criando a destruição climática'. CartaCapital, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/o-mesmo-sistema-que-criou-o-colonialismo-e-a-escravidao-esta-criando-a-destruicao-climatica/> Acesso em: 1 set. 2025.

**MCMICHAEL, Philip.** A food regime genealogy. The Journal of Peasant Studies, v. 36, n. 1, 2009, p. 142. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150902820354> Acesso em: 1 set. 2025.

**MENDONÇA, Maria Luisa.** O papel da agricultura nas relações internacionais e a construção do conceito de agronegócio. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 375–402, maio–ago. 2015. DOI: 10.1590/S0102-85292015000200002. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/cint/a/Yjs35KhVFpmN7wVpTCCjgyJ/?lang=pt](https://www.scielo.br/j/cint/a/Yjs35KhVFpmN7wVpTCCjgyJ/?lang=pt). Acesso em: 1 set. 2025.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR.** O que é o CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obra.../cadastro-nacional-da-agricultura-familiar/o-que-e-o-caf> Acesso em: 14. nov. 2025.

NYÉLÉNI. **Declaration of Nyéléni: Forum for Food Sovereignty.** Mali, 2007. p.18

Disponível em: <https://nyeleni.org/IMG/pdf/DeclNyeleni-en.pdf>

OLIVEIRA, Stacy; SANTOS, Camila; SOUSA, Rafaela. **A agricultura camponesa como resistência ao neoextrativismo no município de Tabuleiro do Norte/CE.** Revista GeoUECE, Fortaleza, v. 12, n. 22, e202301, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.59040/GEOUECE.2317-028X.v12.n22.e202301>. Acesso em: 3 set. 2025

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Koronivia Joint Work on Agriculture.** [S.l.: s.n.], 2017–2025. Disponível em: <https://www.fao.org/koronivia/en/> Acesso em: 23 jun. 2025

PÁLFI, Máté. **Pesquisadores avaliam 12 variedades de azeitona para tolerância à seca.** Olive Oil Times, 21 jun. 2023. Disponível em: <https://pt.oliveoiltimes.com/business/researchers-evaluate-12-olive-varieties-for-drought-tolerance/121054>. Acesso em: 7 jun. 2025.

PATRYCIA, Werneck; COELHO, Carlos Nayro. **O Acordo Agrícola da OMC e a Cláusula da Paz.** Revista de Política Agrícola, v. 13, n. 1, p. 10–16, jan./fev./mar. 2004. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/viewFile/566/515>. Acesso em: 7 jun. 2025.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio.** 2018. 367 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. p.125. Disponível em: [https://opara.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/ojoio/uploads/2019/08/Forma%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-do-agroneg%C3%A7%C3%A3o-RibeiroNeto\\_CaioPompeia\\_D.pdf](https://opara.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/ojoio/uploads/2019/08/Forma%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-do-agroneg%C3%A7%C3%A3o-RibeiroNeto_CaioPompeia_D.pdf) Acesso em: 25 out. 2025.

ŞEKER, Ata Ufuk. **Extreme hot weather sends olive oil prices soaring in EU countries.**

Anadolu Agency, Bruxelas, 9 ago. 2023. Disponível em:

<https://www.aa.com.tr/en/europe/extreme-hot-weather-sends-olive-oil-prices-soaring-in-eu-countries/2964579>. Acesso em: 7 jun. 2025.

SANTOS, E. **Grandes corporações promovem uma ditadura do alimento, denuncia ativista.** *Instituto Humanitas Unisinos – IHU*, São Leopoldo, 10 abr. 2013. Disponível em:

<https://ihu.unisinos.br/noticias/523025-grandes-corporacoes-promovem-uma-ditadura-do-alimento>. Acesso em: 2 set. 2025.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e**

**o novo em uma discussão marxista.** Estudos CEBRAP, n. 26. São Paulo: CEBRAP, 1980.

SINGER, Merrill. **Syndemics and Health.** In: *Defining Moments Canada: Insulin100.*

Disponível em:

<https://definingmomentscanada.ca/insulin100/epidemic-syndemic/syndemics-and-health/>

Acesso em: 5 de set. 2025

STABINSKY, Doreen. **The “The “deal” in Durban”:** What happened on agriculture at the climate talks? Institute for Agriculture and Trade Policy (IATP), 13 dez. 2011. Disponível em:

[https://www.iatp.org/blog/201112/deal-durban-what-happened-agriculture-climate-talks?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.iatp.org/blog/201112/deal-durban-what-happened-agriculture-climate-talks?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 1 set. 2025.

((o))eco. **O que são módulos fiscais.** Disponível em:

<https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/27421-o-que-sao-modulos-fiscais/> Acesso em: 14 nov. 2025.

STOCKHOLM RESILIENCE CENTRE. **Planetary Boundaries.** In: Stockholm Resilience Centre. Research: Planetary Boundaries. [Estocolmo], 2023. Disponível em:

[<https://www.stockholmresilience.org/research/planetary-boundaries.html>](<https://www.stockholmresilience.org/research/planetary-boundaries.html>). Acesso em: 1 set. 2025.

**VIEIRA, FLÁVIA B. Lutas campesinas na escala internacional:** um estudo sobre a Via Campesina. REVISTA NERA, 20, 58-82. 2012. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i20.1865>

WORLD BANK. **About the Agriculture Global Practice.** Washington, DC: World Bank Group, Oct. 2014. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/180711468125682981/pdf/937120BRI0Box30ure0GP040pager020020.pdf>>

WORLD RAINFOREST MOVEMENT (WRM). **Acabar com o colonialismo implica acabar com o REDD+.** In: 15 anos de REDD: um esquema corrompido em sua essência. [S.l.: s.n.], 27 abr. 2022. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/pt/15-anos-de-REDD-Acabar-com-o-colonialismo-implica-acabar-com-o-REDD>. Acesso em: 1 set. 2025

WORLD RESOURCES INSTITUTE – WRI. **Greenhouse Gas (GHG) Emissions.** Washington, DC: World Resources Institute, [2024]. Disponível em: <https://www.climatewatchdata.org/ghg-emissions?apcid=00000000000000000000000000000000&brea>kBy=sector&chartType=line&end\_year=2021&start\_year=1990 Acesso em: 7 jun. 2025.